

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

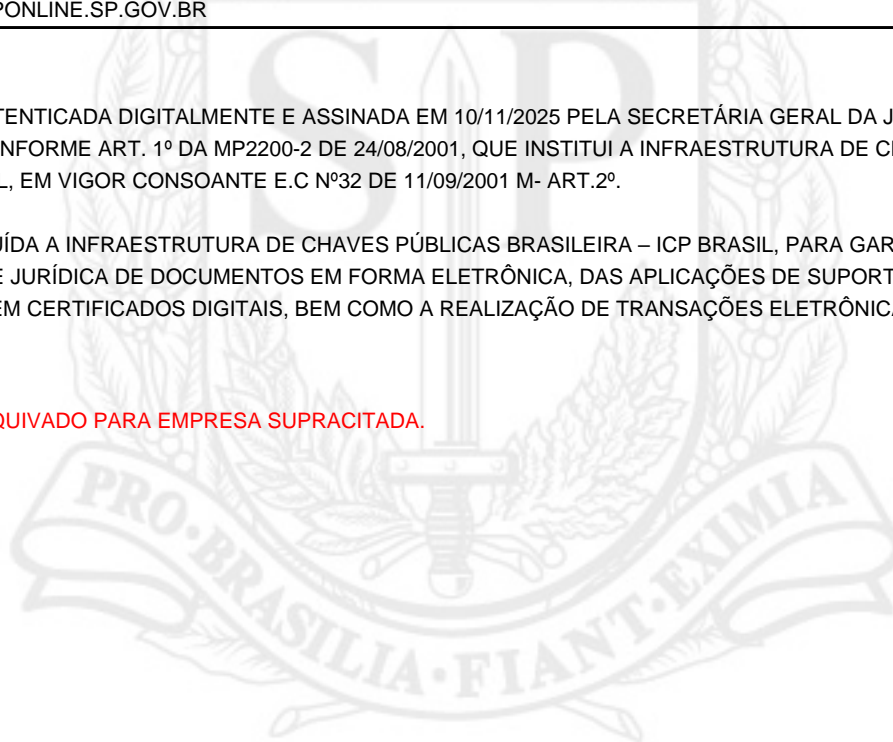
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A.			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300158105	CNPJ 02.866.602/0001-51	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 384.890/25-8	DATA DO ARQUIVAMENTO 29/10/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 09:48:56	CÓDIGO DE CONTROLE 280285150
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 10/11/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
3.133.525/25-6

29 10 2025

CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
035366070-1



DADOS CADASTRAIS

ATO Incorporação - (Incorporadora de SÃO Paulo); Alteração de Nome Empresarial; Consolidação da Matriz;				JUCESP GUICHÊ	
NOME EMPRESARIAL SUL AMÉRICA PARANÁ CLÍNICAS SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.			PORTE Normal		
LOGRADOURO Alameda Santos		NUMERO 2101	COMPLEMENTO 4º Andar	CEP 01419-911	2 4 OUT
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NUMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 02.866.602/0001-51	NIRE - SEDE 3530015810-5	24 OUT 2025		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA			PROTOCOLO		
NOME: UBIRAJARA LINS DE MELLO JUNIOR (Procurador)			VALORES RECOLHIDOS		
ASSINATURA: DATA: 23/10/2025			DARE: R\$,00		
			DARF: R\$,00		
			SEQ. DOC. 1 / 1		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 8 24 OUT 2025 PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 1ª TURMA DE VOGAIS	CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 29/10/2025 Lins de Oliveira RG: 26.443.851-6 Vogal
----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

- | | |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> DBE | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais |
| <input type="checkbox"/> Procuração | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial | <input type="checkbox"/> Jornal |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão |
| <input type="checkbox"/> Outros | |

OBSERVAÇÕES:

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP
19
24 OUT 2025
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
SEDE
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
384.890/25-8
280285150

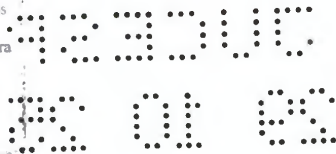


Certifico o registro sob o nº 384.890/25-8 em 29/10/2025 da empresa SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A., NIRE nº 35300158105, protocolado sob o nº 3133525256. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI - Secretário Geral. Autenticação: 280285150. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

509

Gerência de Guarda e Distribuição

- Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- Verificação de Ficha Cadastral
- Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- MEI sem Cadastro
- MEI com Cadastro
- Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- Verificar Protocolo





JUCESP PROTOCOLO
3.133.525/25-6

SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE
CNPJ/MF nº 02.866.602/0001-51
NIRE 3530015810-5



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025.**

Data, Hora e Local: Em 15 de setembro de 2025, às 11h30min, por meio de videoconferência.

Presença: Única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social.

Convocação: Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

Mesa: Presidente: Raquel Reis Correa

Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel

Ordem do Dia e Deliberações: Matérias aprovadas pela única acionista da Companhia, sem quaisquer emendas ou ressalvas.

I. Aprovar, em todos os seus termos e condições, o "*Protocolo e Justificação de Incorporação da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. pela Sul América Serviços de Saúde S.A.*" celebrado nesta data entre a Companhia e a sua subsidiária integral, Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. ("PARANÁ ou Incorporada"), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 3.201, Água Verde, CEP 80240-041, no município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.717.040/0001-10 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 4130002142-2, o qual estabelece a justificativa e os termos e condições sob os quais se realizará a operação de incorporação da PARANÁ pela Companhia ("Protocolo e Justificação"). O referido Protocolo e Justificação constitui o **Anexo I** a esta ata.

II. Tomar conhecimento e ratificar a contratação da RSM ACAL Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.377.136/0001-64, com sede na Rua Teixeira de Freitas, nº 31, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, para a realização, na forma do §1º do artigo 227 da Lei 6.404/76, da avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, a valor contábil, a qual elaborou o respectivo laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"), com base nas demonstrações financeiras da Incorporada na data-base de 30.06.2025 ("Data-Base"), cuja contratação foi aprovada pela Incorporada.

III. Aprovar o Laudo de Avaliação, que constitui o **Anexo II** a esta ata, segundo o qual o patrimônio líquido da Incorporada, na Data-Base, corresponde a R\$473.547.614,49 (quatrocentos e setenta e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e

SEDE
8
2025
JLO



quatorze reais e quarenta e nove centavos), ficando expressamente dispensada a realização de laudo de avaliação do patrimônio líquido a preços de mercado, uma vez que a Incorporada é subsidiária integral da Companhia e não há, portanto, relação de substituição de ações.

IV. Nos termos do artigo 227 da Lei 6.404/76 e de acordo com os termos e condições do Protocolo e Justificação, aprovar, de forma definitiva, a incorporação da Incorporada pela Companhia. Registre-se que a referida incorporação foi igualmente aprovada, nos mesmos termos e condições, em Assembleia Geral Extraordinária da Incorporada realizada nesta data.

V. Consignar que as variações patrimoniais da Incorporada, verificadas desde a Data-Base até esta data, e todas aquelas decorrentes da incorporação, serão refletidas e apropriadas diretamente na Companhia, a qual sucederá a Incorporada a título universal, na forma da lei, em todos os direitos e obrigações.

VI. Consignar que, por ser a Companhia uma operadora de seguro saúde, a operação aprovada no item IV acima está condicionada à prévia aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na forma do disposto na Resolução Normativa - nº 525/2022.

VII. Não haverá alteração do capital social da Companhia, tendo em vista que a Companhia tem registrada, como investimento, a totalidade das ações da Incorporada, nos termos descritos no Protocolo e Justificação.

VIII. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, nos termos do §3º do artigo 227 da Lei 6.404/76, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização da incorporação ora aprovada, ficando a Companhia responsável por providenciar o arquivamento e publicação de atos societários, eventuais baixas, registros, averbações, comunicações e demais atos correlatos à operação ora aprovada, na qualidade de sucessora da Incorporada.

IX. Aprovar a alteração da razão social da Companhia para **Sul América Paraná Clínicas Serviços de Saúde S.A.**, passando, consequentemente, o artigo 1º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. SUL AMÉRICA PARANÁ CLÍNICAS SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
é uma sociedade anônima e reger-se-á pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis."

X. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia que constitui o **Anexo III** desta ata.



Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pela acionista da Companhia.

São Paulo, 15 de setembro de 2025.

Assinaturas: Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. **Acionista:** Sul América Companhia de Seguro Saúde, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel, advogada.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Don't Sign me by
Sofia Lemos Furtado's Model
Adapted by: SCPIA LEMOS FURTADO MACIEL, ESTABEÇA DE
CPIA: 1.104638999
Data/Ponto de Publicação: 24/02/2024 10:20:24 PPT
D: EAP Brasil, CIL: Presidente
C: BPT
Editor: AC Carthago NRE QD
ST/001-Administr. A4002

Sofia Lemos Antunes Maciel

Identidade nº 100.218 (OAB/RJ), CPF/MF nº 010.542.307-65

Secretária da Assembleia



Certifico o registro sob o nº 384.890/25-8 em 29/10/2025 da empresa SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A., NIRE nº 35300158105, protocolado sob o nº 3133525256. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280285150. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
23 01 25





SUL AMÉRICA PARANÁ CLÍNICAS SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

GRU/MF nº 02.866.602/0001-51

NIRE 35300158105

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração

Art. 1º. **SUL AMÉRICA PARANÁ CLÍNICAS SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.** é uma sociedade anônima e reger-se-á pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 2.101 - 4º andar, Cerqueira César, podendo criar, manter, encerrar e extinguir agências, filiais, sucursais e escritórios no Brasil, por deliberação da Diretoria, satisfeitas as formalidades legais.

Art. 3º. A Companhia tem por objeto a operação de planos privados de assistência à saúde na segmentação médico-hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como, planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$1.040.107.580,23 (um bilhão, quarenta milhões, cento e sete mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e três centavos), dividido em 35.141.218.458 (trinta e cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, duzentas e dezoito mil, quatrocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

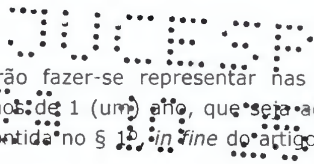
Art. 6º. A cada ação ordinária nominativa, corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

CAPÍTULO III

Assembleias Gerais

Art. 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, quando convocada na forma legal ou estatutária, sendo presidida por um Diretor e secretariada por um dos acionistas presentes ou advogado escolhido pelo Presidente da Assembleia Geral.





Art. 8º. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, com a restrição prevista no § 1º, *in fine* do artigo 134, da Lei nº 6.404/76, ou por advogado.

CAPÍTULO IV **Administração**

Art. 9º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 40 (quarenta) Diretores, dentre eles 1 (um) Diretor-Presidente e os demais diretores sem designação especial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

§1º. A Assembleia Geral poderá atribuir a um ou mais membros da Diretoria a função de Vice-presidente.

§2º. A remuneração global e anual da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral podendo tal remuneração ser, em parte, atribuída a título de gratificação.

§3º. Além da remuneração de que trata o § 2º acima, os Diretores terão direito a participar nos lucros caso a Assembleia Geral assim venha a deliberar, nos termos do artigo 20 deste estatuto e observado o disposto no artigo 152, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76.

§4º. Os Diretores serão investidos em seus cargos na forma da lei, estando dispensados de prestar qualquer garantia em razão de suas funções.

§5º. O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.

§6º. Nos impedimentos e ausências do Diretor Presidente, este indicará o Diretor substituto, que o substituirá em suas funções e terá todos os poderes, deveres e direitos do substituído, ressalvados os casos previstos neste estatuto. Os demais Diretores se substituirão entre si, na forma estabelecida pelo Diretor Presidente.

§7º. No caso de vacância de cargo de Diretor, a Assembleia Geral poderá eleger novo Diretor para o restante do mandato, devendo sempre fazê-lo quando se tratar de vacância do cargo de Diretor Presidente, em reunião a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 10. A Diretoria, quando em reunião conjunta de seus membros, tem plenos poderes para resolver quaisquer assuntos ou negócios de interesse da Companhia, salvo os previstos em lei ou no estatuto social como de competência privativa da Assembleia Geral. Desta forma, compete à Diretoria, dentre outros assuntos:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. aprovar o orçamento geral anual da Companhia;



- III. aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia, fixar os níveis de vencimentos, salários e outras vantagens dos empregados, podendo cometer a um dos Diretores quaisquer dessas atribuições;
- IV. manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral;
- V. autorizar a aquisição, doação, alienação e oneração de bens do ativo permanente, constituição de ônus reais sobre os mesmos, bem como a cessão de direitos reais, ou a renúncia de direitos, dos quais a Companhia seja titular;
- VI. decidir sobre a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, agências e escritórios dentro e fora do país; e
- VII. indicar o representante legal da Companhia perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 11. A Diretoria reunir-se-á quando necessário, com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores presentes à reunião, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade, no caso de empate.

Art. 12. Compete ao Diretor Presidente coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia.

Art. 13. A Companhia será representada por quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em ambos os casos agindo em conjunto, exceto nas hipóteses mencionadas nos §§ 1º e 2º abaixo.

§1º. A Companhia poderá ser representada por 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto, na prática dos seguintes atos:

- I. representação da Companhia em atos relacionados à demissão e à admissão de empregados, realização de anotações em carteiras de trabalho e na contratação de estagiários e aprendizes; e
- II. celebração de contratos de câmbio e realização de operações de pagamento, cadastro, e outras transações de natureza bancária, realizadas com instituições financeiras, por meio da internet ou carta, de acordo com a política de alçadas da Companhia, aprovada pela Diretoria.

§2º. A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, agindo isoladamente, na prática dos seguintes atos:

- I. representação ativa e passiva da Companhia perante órgãos e entes da Administração Pública federal, estadual e municipal, incluindo autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- II. representação da Companhia na qualidade de acionista ou quotista, em assembleias gerais de sociedades nas quais participe;
- III. representação da Companhia perante associações civis e sindicatos patronais; e
- IV. representação da Companhia em juízo.

§3º. O representante legal perante a Receita Federal do Brasil será indicado pela Diretoria da Companhia e ficará Investido dos poderes gerais para o cumprimento das obrigações

fiscais e acessórias da Companhia, em especial para requerer a obtenção e/ou renovação do certificado digital da Companhia, podendo, para tanto, requerer, registrar, peticionar, prestar esclarecimentos, juntar e retirar documentos e guias, cumprir exigências, acompanhar processos, receber notificações e intimações, solicitar certidões de qualquer natureza, assinar solicitações (termos de titularidade e responsabilidade), bem como participar de qualquer outro evento relacionado às atividades aqui mencionadas.

§4º. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, devendo especificar os poderes outorgados. Salvo as procurações *ad judicia* e para a defesa de processos administrativos, todas as demais deverão ser limitadas ao prazo de 1 (um) ano. As procurações outorgadas a empregados da Companhia serão automaticamente revogadas com o término dos seus respectivos contratos de trabalho.

§5º. É vedado aos Diretores e aos mandatários obrigar a Companhia em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

SEÇÃO I

Responsabilidade dos Administradores

Art. 14. Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente estatuto.

Art. 15. A Companhia assegurará aos Diretores, e Conselheiros Fiscais, caso instalado, a defesa técnica jurídica, em processos judiciais e administrativos, que tenham por objeto fatos decorrentes ou atos praticados no exercício de suas atribuições legais ou institucionais no curso normal dos negócios, podendo a Companhia manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

§1º. A garantia de defesa será assegurada mesmo após os administradores terem, por qualquer motivo, deixado o cargo ou cessado o exercício da função.

§2º. A Companhia e o administrador interessado deverão escolher em conjunto o responsável pela defesa dos interesses do último, podendo a mesma ser patrocinada pelos advogados integrantes do quadro funcional da Companhia, desde que não haja conflito de interesses.

§3º. Além da defesa técnica jurídica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância.

§4º. O administrador que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse social.

CAPÍTULO V
Conselho Fiscal

Art. 16. A Companhia terá um Conselho Fiscal que não terá caráter permanente e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da lei.

§1º. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

§2º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.

§3º. O Conselho Fiscal tem a competência prevista na Lei 6.404/76, conforme alterada pela Lei nº 10.303/01.

§4º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

§5º. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição e poderão ser reeleitos.

CAPÍTULO VI
Exercício Social, Lucros e Dividendos

Art. 17. O exercício social corresponderá ao ano civil, devendo a Companhia elaborar as demonstrações financeiras de que tratam o artigo 176 da Lei nº 6.404/76 ao fim de cada ano, podendo ser levantados balanços em períodos menores observados os critérios da regulamentação em vigor.

§1º. A Diretoria poderá, obedecidos os limites legais, declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nos balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou de períodos menores, os quais poderão ser imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

§2º. A Diretoria também poderá deliberar por creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Art. 18. Levantado o balanço, com observação das prescrições legais, apurado o resultado do exercício, feitas as deduções e a provisão para o pagamento do imposto sobre a renda, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, poderá autorizar a compensação de eventuais prejuízos acumulados e, observadas as disposições legais vigentes, o pagamento de participação nos lucros aos empregados e administradores, distribuindo o lucro da seguinte forma:



- I. 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, destinada a garantir a integridade do capital social, até o limite de 20% (vinte por cento) deste;
- II. o necessário, quando for o caso, para a constituição de reservas para contingências, nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76;
- III. o necessário para eventual constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do Art. 197 da Lei nº 6.404/76;
- IV. o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, conforme decidir a Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias; e
- V. observadas as destinações dos itens anteriores, até 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) para constituição de reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais, reserva esta que não poderá exceder o montante do capital social, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e que tem por finalidade (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (b) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (c) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo único. O saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais não poderá ultrapassar o capital social. A Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre a aplicação do excesso em aumento de capital ou distribuição de dividendos aos acionistas.

Art. 19. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, fica assegurado aos acionistas um dividendo obrigatório igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 20. Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório.

Art. 21. O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

CAPÍTULO VII

Acordo de Acionistas

Art. 22. Os acordos de acionistas devidamente registrados na sede da Companhia, que, dentre outras pactuações, estabeleçam cláusulas e condições para alienação de ações de emissão da Companhia, disciplinem o direito de preferência ou regulem o exercício do direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e por sua administração.

Parágrafo único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia e nos certificados de ações, se emitidos. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou pelo Conselheiro em



contrariedade com os termos de tais acordos, ou ainda, no caso de ausência ou abstenção de acionistas ou Conselheiros, os outros acionistas prejudicados ou Conselheiros eleitos pelos acionistas prejudicados poderão votar com as ações ou votos pertencentes aos acionistas ou Conselheiros ausentes ou omissos, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01.

CAPÍTULO VIII

Liquidação

Art. 23. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

*(Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 15 de setembro de 2025.)*



Certifico o registro sob o nº 384.890/25-8 em 29/10/2025 da empresa SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A., NIRE nº 35300158105, protocolado sob o nº 3133525256. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280285150. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



Única acionista presente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2025, às 11h30min, por meio de videoconferência:

ACIONISTA	AÇÕES ON	%
Sul América Companhia de Seguro Saúde, empresa brasileira, com sede no Rio de Janeiro/RJ, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel, advogada.	35.141.218.458	100,00
TOTAL	35.141.218.458	100,00

Declaramos que foram obedecidas as normas estabelecidas no Art. 126 e seus parágrafos da Lei 6.404/76 em caso de acionistas representados.

A presente é cópia fiel da Lista de Presença constante em livro próprio.

São Paulo, 15 de setembro de 2025.



Sofia Lemos Antunes Maciel
Identidade nº 100.218 (OAB/RJ), CPF/MF nº 010.542.307-65
Secretária da Assembleia



PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA PARANÁ CLÍNICAS –
PLANOS DE SAÚDE S.A. PELA SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
29 10 25

Por este instrumento particular, de um lado:

1. **PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 3.201, Água Verde, CEP 80240-041, no município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.717.040/0001-10 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 4130002142-2, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("PARANÁ" ou "Incorporada").

E, de outro lado:

2. **SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Alameda Santos, nº 2.101, 4º andar, Cerqueira César, CEP 01419-911, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.866.602/0001-51 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530015810-5, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("SULAMED" ou "Incorporadora").

Sendo Incorporada e Incorporadora referidas, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

CONSIDERANDO QUE:

- (i) A PARANÁ e a SULAMED são sociedades integrantes do mesmo grupo societário, sendo a SULAMED detentora da totalidade das ações de emissão da PARANÁ;
- (ii) O capital social da PARANÁ é de R\$210.726.900,10 (duzentos e dez milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos reais e dez centavos), dividido em 61.610.997 (sessenta e um milhões, seiscentas e dez mil, novecentas e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela SULAMED, conforme segue:

Acionista	Ações	Participação (%)
Sul América Serviços de Saúde S.A.	61.610.997	100,00
Total	61.610.997	100,00

- (iii) O capital social da SULAMED é de R\$1.040.107.580,23 (um bilhão, quarenta milhões, cento e sete mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e três centavos), dividido em 35.141.218.458 (trinta e cinco bilhões, cento e quarenta e um milhões, duzentas



e dezoito mil, quatrocentas e oitenta e oito ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionista	Ações	Participação (%)
Sul América Companhia de Seguro Saúde	35.141.218.458	100,00
Total	35.141.218.458	100,00

(iv) As Partes pretendem realizar a incorporação da PARANÁ pela SULAMED, a fim de simplificar a estrutura societária das Partes, trazendo maior eficiência operacional, além de benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos mediante a exploração de sinergias operacionais e administrativas;

RESOLVEM as Partes, em observância ao disposto nos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), celebrar este Protocolo e Justificação de Incorporação da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. pela Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Protocolo e Justificação"), nos termos e condições previstos abaixo e em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

1. OPERAÇÃO PROPOSTA E JUSTIFICAÇÃO

- 1.1. A operação consiste na incorporação da integralidade do patrimônio da PARANÁ pela SULAMED ("Operação"), onde a Incorporada será extinta de pleno direito, para todos os fins e efeitos legais, sendo sucedida universalmente em todos os seus bens, direitos e obrigações pela Incorporadora, nos termos que serão submetidos à deliberação das acionistas da Incorporadora e da Incorporada em Assembleia Geral Extraordinária.
- 1.2. Com a efetivação da Operação pretendida, os ativos operacionais da Incorporada serão integralmente transferidos para a Incorporadora, a qual sucederá a Incorporada em suas atividades operacionais, permitindo assim a concentração dos ativos de saúde na Incorporadora.
- 1.3. Pelos estudos realizados pela administração das Partes concluiu-se pela viabilidade da Operação, e que por se tratar a Incorporadora e a Incorporada de empresas do mesmo conglomerado, não haverá qualquer alteração na estrutura do mercado de atuação das sociedades.
- 1.4. A Operação proporcionará às Partes a integração e racionalização de atividades, a redução de custos operacionais e administrativos, proporcionando assim ganhos de eficiência.

2. DATA-BASE E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

- 2.1. A Operação terá por referência a data-base de 30 de junho de 2025 ("Data-Base"), que será para todos os efeitos a data-base da incorporação.



2.2. Em observância às exigências legais, a Operação terá como base a avaliação do patrimônio líquido da Incorporada segundo o critério de valor contábil, com base no balanço patrimonial da Incorporada levantado na Data-Base.

2.3. O laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada ("Laudo de Avaliação"), cuja cópia é parte integrante deste Protocolo e Justificação como Anexo I, foi elaborado pela empresa especializada RSM ACAL Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.377.136/0001-64, com sede na Rua Teixeira de Freitas, nº 31, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ ("Empresa Especializada"), cuja contratação foi realizada pela Incorporada, com a concordância da Incorporadora, e será ratificada por ambas as Partes.

2.4. A Empresa Especializada contratada declarou, com relação à sua atuação, (a) não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com as Partes e/ou com seus acionistas e/ou sócios; e (b) não ter quaisquer dos acionistas e/ou sócios ou administradores das Partes direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

2.5. De acordo com as informações constantes do Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido contábil da Incorporada na Data-Base é de R\$473.547.614,49 (quatrocentos e setenta e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos).

3. EFEITOS DA INCORPORAÇÃO

3.1. Tendo em vista que a SULAMED detém a totalidade das ações que compõe o capital social da PARANÁ, e que, portanto, o patrimônio líquido da PARANÁ já está integralmente refletido nas demonstrações financeiras da SULAMED por equivalência patrimonial, a Operação não resultará em aumento do capital social da SULAMED ou emissão de novas ações. Consequentemente, tampouco haverá relação de substituição das ações, não se aplicando o disposto no artigo 264 da Lei das S.A.

3.2. Com a incorporação da PARANÁ e sua extinção, serão canceladas todas as ações de emissão da PARANÁ, integralmente detidas pela SULAMED.

3.3. A Incorporada extinguir-se-á de pleno direito, na forma da lei, cessando a sua existência legal com o registro dos atos da Operação na Junta Comercial e nos demais órgãos competentes, sendo sucedida pela Incorporadora em todos os seus bens, direitos e obrigações.

3.4. Não haverá alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da SULAMED em decorrência da Operação, uma vez que não haverá alteração do valor do capital social ou do número de ações em que se divide o capital social da SULAMED.



3.5. Todas as operações e variações patrimoniais relativas à Incorporada, ocorridas após a Data-Base, serão refletidas e apropriadas diretamente na Incorporadora a qual sucederá a Incorporada, a título universal, em todos os seus direitos e obrigações, passando o acervo patrimonial da Incorporada para o patrimônio da Incorporadora. Os saldos das contas credoras e devedoras da Incorporada passarão para os livros contábeis da Incorporadora, fazendo-se as necessárias adaptações.

3.6. A incorporação a que se refere o presente Protocolo e Justificação está condicionada à prévia aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na forma do disposto na Resolução Normativa nº 525/2022, quando então a Incorporada será considerada extinta de pleno direito.

4. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

4.1. A Operação fica condicionada e será submetida às aprovações societárias formais em Assembleia Geral Extraordinária da Incorporada e da Incorporadora, que deverão aprovar, conforme o caso e dentre outras deliberações, (i) este Protocolo e Justificação; (ii) o Laudo de Avaliação; e (iii) a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, na forma e nos termos previstos neste Protocolo e Justificação.

5. DIREITO DE RECESSO

5.1. Não se aplica o direito de recesso já que a PARANÁ tem como única acionista a própria SULAMED, titular de 100% do capital social da SULAMED, que é parte deste Protocolo e Justificação e consequentemente aprovará a Operação na sua competente assembleia.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Competirá à administração das Partes praticarem todos os atos necessários à implementação da Operação e sua formalização perante os órgãos públicos competentes.

6.2. Caso alguma disposição deste Protocolo e Justificação venha a ser considerada inválida, as demais disposições permanecerão em pleno vigor e efeito, como se tal disposição inválida não estivesse contida neste Protocolo e Justificação.

6.3. Este Protocolo e Justificação será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as dúvidas oriundas deste Protocolo e Justificação, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

6.4. As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Protocolo e Justificação e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados

eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

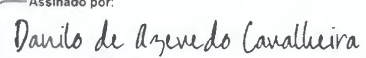
E, por estarem justas e corretas, as Partes assinam este Protocolo e Justificação de Incorporação por via eletrônica, por meio de seus representantes autorizados e com poderes para tanto, na presença das testemunhas abaixo.


São Paulo, 15 de setembro de 2025.

PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S.A.

SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

Testemunhas:

Assinado por:

 1. 854C98E10280465
 Nome: Danilo de Azevedo Carvalho
 RG: 26.568.761-6 (Detran-RJ)
 CPF: 126.241.117-35

DocuSigned by:

 2. 28FBF6103721485
 Nome: Ruth de Oliveira Trindade de Jesus
 RG: 268391539 (Detran-RJ)
 CPF: 139.396.957-77

JUCESP
29 10 25



Setembro 2025

SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil para fins de
Incorporação da

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.

Data base do Laudo: 30 de junho de 2025

Página 10

JUCESP
29 10 25



PARA A ADMINISTRAÇÃO E ACIONISTAS DA

SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

Alameda Santos, 2.101, 4º andar, Cerqueira César
São Paulo - SP
CNPJ 02.866.602/0001-51

REF.: LAUDO DE AVALIAÇÃO – PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S.A.

Prezados Senhores,

Conforme solicitação de V.Sas. realizamos análises e estudos técnicos, tendo como objeto e escopo de trabalho, proceder à avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, na data base de 30 de junho de 2025, a ser incorporada pela Sul América Serviços de Saúde S.A., nos termos do Artigo 227 da Lei 6404/76 e alterações, e de demais normas aplicáveis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto dos Auditores dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Nós temos a satisfação de apresentar os resultados do nosso laudo sobre avaliação do acervo a ser incorporado, conforme descrito neste relatório, discutidos com a gestão da empresa.

Colocamo-nos à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC- RJ 4.080/O-9

Cláudio Silva Foch – Sócio Responsável
Contador – CRC-RJ 102.455/O-4

JUCESP
29 10 25



I. DADOS DA FIRMA CONTÁBIL

A **RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, empresa especializada em avaliações, com sede na Rua Teixeira de Freitas, 31 - 12º andar – Centro – Rio de Janeiro /RJ – Cep: 20021-350, registrada no CRC/RJ sob o número 4.080/O-9, e inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o número 07.377.136/0001-64, tendo como responsável técnico o Sr. Cláudio Silva Foch, contador, inscrito no CRC-RJ sob o n.º 102.455/O-4 e no CPF/MF sob n.º 963.719.607-25, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pelos acionistas da Sul América Serviços de Saúde S.A, sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 2.101, 4º andar, Cerqueira César, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.866.602/0001-51, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE: 3530015810-5, e pelos acionistas da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, sociedade anônima fechada com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Avenida Getúlio Vargas nº 3.201, Água Verde, CEP 80204-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.717.040/0001-10, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE: 4130002142-2, na Reunião de que vieram a analisar a proposta, para proceder à avaliação do Patrimônio Líquido Contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de junho de 2025, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos, para fins da incorporação da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. (INCORPORADA)**, já qualificada acima, pela da Sul América Serviços de Saúde S.A..

Setembro 2025

Página 12

Além da qualificação acima, o presente laudo de avaliação está resumido em seções, conforme a seguir demonstrado:

- Objetivos da Avaliação;
- Base e Métodos para a Avaliação;
- Responsabilidade da Administração sobre as Informações Contábeis;
- Alcance dos Trabalhos e Responsabilidade do Contador; e
- Conclusão.

II. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação de patrimônio líquido contábil em 30 de junho de 2025, da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, tem por objetivo a sua incorporação pela Sul América Serviços de Saúde S.A., nos termos do Artigo 227 da Lei 6404/76 e alterações.

III. BASES E MÉTODOS PARA AVALIAÇÃO

Para determinação do valor total do patrimônio líquido contábil da sociedade avaliada, na data base de 30 de junho de 2025, adotamos a avaliação patrimonial – valor líquido contábil, apurado por meio dos livros contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas do Brasil.



Dentro dos parâmetros definidos para elaboração da presente avaliação, a determinação do valor patrimonial – valor líquido contábil – do acervo contábil líquido, para a data base de 30 de junho de 2025, baseia-se, também, numa revisão limitada efetuada nas demonstrações contábeis da avaliada, levantadas naquela data. Esse procedimento foi realizado de acordo com certas normas usuais de auditoria, e consequentemente, inclui provas nos registros contábeis necessários nas circunstâncias para o fim específico de determinar o valor patrimonial – valor líquido contábil patrimônio líquido contábil remanescente, dentre os quais destacamos:

Exame acurado dos livros, registros, balancetes e demais documentos fiscais, na data base; e constatação de que tais registros e elementos achavam-se revestidos de todas as formalidades legais, inclusive quanto à observância de princípios gerais de contabilidade usualmente aceitos uniforme e consistentemente aplicados.

IV. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Incorporada é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Incorporada está descrito no ANEXO II do laudo de avaliação.

V. ALCANCE DOS TRABALHOS E RESPONSABILIDADES DO CONTADOR

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada em 30 de junho de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Incorporada de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial Incorporada,



para planejar os procedimentos que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Isto posto, e tendo em vista o que dispõe o Artigo 8º da Lei 6.404, foram efetuadas as verificações nos livros e registros contábeis que deram origem ao Balanço Patrimonial, bem como nos respectivos documentos que o originaram, ainda que em base de testes seletivos e em forma de amostragem. Para todos os fins legais, a **RSM ACAL** declara que não possui qualquer interesse, direto ou indireto, em qualquer das sociedades envolvidas neste trabalho ou na operação destas, inexistindo qualquer circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse para a emissão deste Laudo.

V. CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de **R\$ 473.547.614,49 (Quatrocentos e setenta e três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e catorze reais e quarenta e nove centavos)**, conforme balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no ANEXO I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras, para fins de sua incorporação pela Sul América Serviços de Saúde S.A., conforme demonstrado abaixo:

Patrimônio Líquido Contábil em 30 de junho de 2025	
Descrição	Valor em Reais
Capital social	210.726.900,10
Reserva de lucros	101.137.000,28
Ajustes de avaliação patrimonial	16.448,58
Lucros a destinar	161.667.265,53
Total do Patrimônio Líquido Contábil	473.547.614,49



Constituem parte integrante e indissociável deste Laudo os documentos elencados abaixo:

Anexo I – Valor Total do Patrimônio Líquido Contábil, da **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, em 30 de junho de 2025;

Anexo II – Resumo das Principais Práticas Contábeis **Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.**, em 30 de junho de 2025;

E por ser esta a expressão do melhor de nosso entendimento técnico, firmamos o presente Laudo de Avaliação.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2025.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC- RJ 4.080/O-9



Cláudio Silva Foch – Sócio Responsável
Contador – CRC-RJ 102.455/O-4



JUCESP
29 10 25



Certifico o registro sob o nº 384.890/25-8 em 29/10/2025 da empresa SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A., NIRE nº 35300158105, protocolado sob o nº 3133525256. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280285150. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



Anexo I

PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S.A.

Composição do Patrimônio Líquido Contábil para a data base de

30 de junho de 2025

Saldos Contábeis

(Valores expressos em Reais - R\$1.000)

Elementos ATIVOS

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	227.094,30
Aplicações financeiras	852.034.772,19
Créditos com operações com planos de assistência à saúde	58.766.864,67
Créditos com operações com planos de assistência à saúde não relacionados com a Operadora	5.845,83
Despesas diferidas	4.950.464,77
Créditos tributários e previdenciários	6.453.483,59
Bens e títulos a receber	47.388.312,15
Despesas antecipadas	353.722,38
	970.180.559,88

Não circulante

Créditos tributários e previdenciários	21.569.369,74
Despesas de comercialização diferidas	903.274,76
Depósitos judiciais	19.641.092,80
Ativo fiscal diferido	21.399.202,43
Outros créditos a receber de longo prazo	910.750,00
Investimentos	3.713,61
Imobilizado	47.935.186,72
Intangível	2.769.621,38
	115.132.211,44

Total do Ativo

1.085.312.771,32

Elementos PASSIVOS

Circulante

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	71.864.289,27
Débitos de operações de assistência à saúde	458.614.631,82
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com a Operadora	100.258,78
Provisões	14.785.030,10
Tributos e encargos a recolher	5.439.638,63
Débitos diversos	9.636.305,72
	560.440.154,32

Não circulante

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.839.074,09
Provisões	28.456.113,80
Débitos diversos	19.029.814,62
	51.325.002,51

Patrimônio Líquido Contábil

Capital social	210.726.900,10
Reservas de lucros	101.137.000,28
Ajustes de avaliação patrimonial	16.448,58
Lucros a destinar	161.667.265,53
	473.547.614,49

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

1.085.312.771,32

Valor Patrimonial das Ações

Ações do contrato social vigente	61.610.997
----------------------------------	------------

Valor patrimonial unitário das ações

7,6861

Anexo do Laudo de Avaliação de Patrimônio Líquido, valor contábil, na data base 30 de junho de 2025.

Anexo II

Resumo das principais práticas contábeis em 30 de junho de 2025

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa são as seguintes:

Principais práticas adotadas

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; e
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Incorporada.

Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social corrente

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.





Provisões para ações judiciais

A Incorporada constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Incorporada. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo não circulante na rubrica "Provisões judiciais e fiscais".



Av. Augusto Severo, 84 - Bairro Glória Telefone: 0800 701 9656
CEP 20021-040 Rio de Janeiro/RJ - <http://www.ans.gov.br>

OFÍCIO nº: 68/2025/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

Ao(À) Senhor(a) Representante Legal
SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.
Registro ANS: 416428

Assunto: **Deferimento de pedido de autorização para incorporação.**

Senhor(a) Representante Legal,

Serve o presente para informar o deferimento do pedido de autorização para a incorporação da operadora de plano de assistência à saúde PARANÁ CLÍNICAS – PLANOS DE SAÚDE S.A. (Reg. nº 35014-1) pela operadora SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A. (Reg. nº 41642-8), objeto do processo administrativo nº 33910.040407/2025-22.

Fica essa operadora notificada para cumprir a obrigação estabelecida no art. 7º da Resolução Normativa nº 525, de 2022, que trata da comprovação do arquivamento dos atos societários perante os órgãos de registro competentes.

O não atendimento do disposto no art. 7º da RN nº 525, de 2022, no prazo por ele estabelecido, acarretará a imposição das sanções cabíveis.

Os autos do processo administrativo estão disponíveis para vista e cópia nos termos da RN nº 534, de 2022.

Atenciosamente

JORGE ANTÔNIO AQUINO LOPES

Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio Aquino Lopes, Diretor(a) de Normas e Habilitação das Operadoras**, em 13/10/2025, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **33835741** e o código CRC **5EE4E9D6**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 33910.040407/2025-22

SEI nº 33835741

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os poderes constantes na Procuração anexa, lavrada no Cartório do 7º Ofício de Notas/RJ, livro 1259-P - fls. 218/218, exceto o poder de receber citações iniciais, que me foram conferidos pela **SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.** ("Outorgante"), em 28 de fevereiro de 2025, ao Sr. **UBIRAJARA LINS DE MELLO JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00429510642 (DETRAN/RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 536.178.607-10, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, nº 651, 28º andar, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, especificamente para representar a Outorgante perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. O presente substabelecimento é válido até 28 de fevereiro de 2026 ou até que revogado por escrito pela Outorgante. É vedado o substabelecimento do presente, no todo ou em parte.

São Paulo, 03 de abril de 2025.

Barbara S. Cardoso

BARBARA FERREIRA CARDOSO

OAB/RJ nº 179.785



SUGOC\Procurações e Substabelecimentos\Procurações Padronizadas\SUGOC\Substabelecimentos



Certifico o registro sob o nº 384.890/25-8 em 29/10/2025 da empresa SUL AMERICA PARANA CLINICAS SERVICOS DE SAUDE S.A., NIRE nº 35300158105, protocolado sob o nº 3133525256. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280285150. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



7º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL - RJ
..... Confiança desde 1874.....
Edyenne Moura da Frota Cordêira - Tabelião
Eduardo Luiz de Souza Thiago - Tabelião Substituto
Rua Santa Sofia, nº 139 - Tijuca
Rio de Janeiro - CEP: 20.540-690
CNPJ 30.716.338/0001-90
Telefone: 3878-1122
www.7oficiodenotas.com



TRASLADO

LIVRO: 1259-P - FOLHA: 218/ 218 - ATO: 175

PROCURAÇÃO bastante que faz **SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**, na forma abaixo:

SAIBAM quantos esta virem que, no ano de dois mil e vinte e cinco, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro (28/02/2025), nesta Cidade do Rio de Janeiro-RJ, em diligência na Rua do Passeio, nº 42 - 6º pavimento, Centro, perante mim, **SERGIO MILLER DE AFFONSECA**, Substituto da Tabelião (matrícula 94/2905), deste Cartório do 7º Ofício de Notas, na Rua Santa Sofia, número 139, Tijuca, compareceu como Outorgante: **SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**, sociedade com sede na Alameda Santos, nº 2.101 - 4º andar, Cerqueira César, CEP 01419-911, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.866.602/0001-51, NIRE 35300158105, Registro JUCESP 397.423/23-8 em 05/10/2023, Protocolo: 2.598.696/23-2, neste ato representada, conforme artigo 9º, por seus diretores: **JONAS BERBERT PULCHERI**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 127.180 (OAB-RJ), inscrito no CPF/ME sob o nº 086.702.467-40; e, **GUSTAVO KOHN GIOMETTI**, brasileiro, casado, portador do registro de identidade civil (RIC) nº 25.062.056-X, expedido pelo SSP/SP, em 13/03/2019, inscrito no CPF sob o nº 269.466.578-02; domiciliados nesta Cidade, Rua do Passeio, nº 42 - 6º pavimento, Centro.- Perante mim, pela Outorgante, através de seus representantes, me foi dito que, por este instrumento, nomeia e constitui suas procuradoras outorgadas: **FERNANDA DE OLIVEIRA BEZERRA GUIMARÃES**, brasileira, casada, advogada, registrada no ID funcional sob o nº 071690, inscrita na OAB/RJ sob o nº 174.796 e no CPF/MF sob o nº 086.375.037-05; **SOFIA LEMOS ANTUNES MACIEL**, brasileira, casada, advogada, registrada no ID funcional sob o nº 109276, inscrita na OAB/RJ sob o nº 100.218 e no CPF/MF sob o nº 010.542.307-65; **BARBARA FERREIRA CARDOSO**, brasileira, solteira, advogada, registrada no ID funcional sob o nº 109579, inscrita na OAB/RJ sob o nº 179.785 e no CPF/MF sob o nº 118.507.667-03 e **WILLIANY CRISTINY DOS SANTOS BERTO**, brasileira, solteira, advogada, registrada no ID funcional sob o nº 171611, inscrita na OAB/RJ sob o nº 245.288 e no CPF/MF sob o nº 181.358.247-50, todas com endereço comercial na Rua do Passeio, nº 42 - 6º pavimento, Centro, Rio de Janeiro - RJ.- **PODERES E VALIDADE:** aos quais confere poderes para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomeação: (I) representar a Outorgante perante quaisquer entes ou órgãos da Administração Pública direta e indireta, das esferas federal, estadual e municipal, inclusive aqueles que fiscalizam as atividades da Outorgante, incluindo, sem limitação, o Ministério do Trabalho e do Emprego (e suas Superintendências Regionais do Trabalho e do Emprego), o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Fazenda (incluindo a Secretaria da Receita Federal), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Departamento Nacional de Registro do Comércio e Juntas Comerciais, bem como outras autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como escritórios do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos e Registro Geral de Imóveis, além de poderes especiais para (a) propor ações; (b) interpor recursos; (c) receber citações, notificações e intimações; (d) tomar ciência; (e) acompanhar e ter vista de processos; (f) conciliar; (g) confessar; (h) reconhecer a procedência do pedido; (i) transigir; (j) desistir; (l) renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação; (l) receber; (m) dar quitação em nome da Outorgante; (n) acordar, discordar e firmar compromissos; (o) habilitar créditos; (p) representar a Outorgante nas Assembleias Gerais de Acionistas/Quotistas de sociedades nas quais a Outorgante detenha participação societária, podendo comparecer às Assembleias, examinar, discutir e votar cada uma das matérias elencadas na Ordem do Dia, assinar atas e o respectivo Livro de Presença em nome e por conta da Outorgante; (q) assinar declarações em nome da Outorgante; (III) assinar documentos de rotina, que não gerem quaisquer responsabilidades para a Companhia ou renunciem a direitos da Companhia; e (III) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento da presente. É permitido o subestabelecimento da presente, no todo ou em parte, sempre com reserva de poderes, exceto o poder de receber citações, notificações e intimações de acordo com o item (c) acima. O presente instrumento de procuração terá validade até 01 (um) ano, ou até a data de rescisão do contrato de trabalho das outorgadas, ou até que revogado, por escrito, pela Outorgante, o que ocorrer

Esse documento foi assinado por EDUARDO LUIZ DE SOUZA THIAGO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código 2WKV3-R9XA9-Q9PN5-SGL7M





primeiro.- Assim o disseram, do que dou fé, me pediram este instrumento, que outorgaram, aceitaram e assinam, dispensando a presença de testemunhas (Artigo 318 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça CGJ/RJ).- Da presente será enviada comunicação ao 5º Ofício de Registro de Distribuição.- Certifico que os emolumentos devidos pelo presente ato são de: R\$705,92 (Tabela 22 - item 2 - b: R\$352,96 + R\$352,96 - NI 12ª - Lei nº 9873/22), deverão ser recolhidas, acrescidas da importância correspondente a R\$141,18 (20% FETJ - Lei nº 3.217/99); R\$35,29 (5% FUNPERJ - Lei Complementar Estadual nº 111/06); R\$35,29 (5% FUNDPERJ - Lei Estadual nº 4.664/05); R\$37,13 (5,26% ISSQN); R\$42,35 (6% FUNARPEN/RJ - Lei Estadual nº 10.234/23); R\$7,05 (2% ATOS GRATUITOS/PMCMV - Lei Estadual nº 6.370/12), R\$2,71 (Selo - Portaria 556/2024 - art. 20), Envio eletrônico, além do valor devido ao 5º Ofício de Registro de Distribuição. Eu, **Sergio Miller de Affonseca**, Substituto, Mat. 94/2905, li, lavrei, conferi e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASS) **SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.**- Não assina, (Representante) **JONAS BERBERT PULCHERI**, (Representante) **GUSTAVO KOHN GIOMETTI**. E eu, (**EDUARDO LUIZ DE SOUZA THIAGO**), Tabelião Substituto conforme art. 20, § 5º da Lei 8.935/94 (Mat. 94/6469), a subscrevo. **TRASLADADA** em seguida por mim, **Sergio Miller de Affonseca**, Substituto, Mat. 94/2905, que a digitei e conferi. E eu, (**EDUARDO LUIZ DE SOUZA THIAGO**), Tabelião Substituto do 7º Ofício de Notas da Capital - RJ, subscrevo e assino em público e raso com Certificado Digital ICP-Brasil. O presente ato permanecerá por até 90 (noventa) dias disponível na plataforma E-notariado para download conforme art. 88 do Código de Normas da Corregedoria do RJ.



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EEXC10578-PJR

Consulte a validade do selo em:

<http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo>

Assinado digitalmente por:
EDUARDO LUIZ DE SOUZA THIAGO
CPF: 016.690.617-44
Certificado emitido por Autoridade Certificadora
SERPRORFBv5
Data: 26/03/2025 13:03:53 -03:00



Notas/RJ

Esse documento foi assinado por EDUARDO LUIZ DE SOUZA THIAGO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código
2WKV3-R9XA9-Q9PN5-SGL7M



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

30 10 25

Eu, Barbara Ferreira Cardoso, com inscrição ativa na OAB/RJ sob o nº 179.785, expedida em 17/04/2013, inscrita no CPF/MF nº 118.507.667-03, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que estes documentos são autênticos e condizem com os originais.

Documentos apresentados:

1. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Sul América Serviços de Saúde S.A. realizada em 15 de setembro de 2025 – 3 páginas;
2. Lista de Presença de Acionistas – 1 página;
3. Protocolo e Justificação de Incorporação da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. pela Sul América Serviços de Saúde S.A. – 5 páginas;
4. Laudo de Avaliação da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. – 9 páginas;
5. Estatuto Social consolidado – 7 páginas;
6. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. realizada em 15 de setembro de 2025, registrada pela Junta Comercial do Paraná – 20 páginas;
7. Aprovação ANS – Ofício nº 68/2025/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE – 1 página;
8. Documento Básico de Entrada (DBE) – 1 página;
9. Procuração outorgada pela Companhia à declarante – 2 páginas; e
10. Documento de identidade da declarante – 1 página.

São Paulo, 15 de outubro de 2025.

Barbara Ferreira Cardoso

Barbara Ferreira Cardoso

